

editorial
editorial

entrevista
interview

artigos submetidos
submitted papers

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projeto
project

expediente
credits

próxima v!rus
next v!rus

V!16

issn 2175-974x | ano 2018 year

semestre 01 semester



PT | EN

Marcela Silviano Brandão Lopes é Engenheira Civil e Arquiteta. Doutora em Arquitetura e Urbanismo, professora da Universidade Federal de Minas Gerais, estuda e orienta pesquisas nas áreas de processos de produção do espaço e suas implicações socioambientais, processos de projeto compartilhados, assessoria técnica a ocupações urbanas autoconstruídas, cartografias emergentes, artesanais, construtivas e urbanas.

Natália Alves da Silva é graduada em Comunicação Social, pesquisadora do grupo Indisciplinar da Universidade Federal de Minas Gerais, onde estuda e coordena ações de feminismos e projetos de cartografias emergentes.

Como citar esse texto: LOPES, M. S. B.; SILVA, N. A. Memórias, feminismos e outras condutas. V!RUS, São Carlos, n. 16, 2018. [online] Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus16/?sec=4&item=7&lang=pt>. Acesso em: 16 Jul. 2018.

Resumo

Propõe-se neste artigo a discussão sobre os processos de subjetivação acionados pela racionalidade neoliberal, e a construção de ações alternativas capazes de se contrapor à lógica da competição e da eficiência, apostando na identificação de "outras condutas" nas práticas cotidianas das mulheres moradoras das ocupações urbanas autoconstruídas, movidas pelo cuidado, compartilhamento e trocas não-mercantis. Tal aposta exige um novo papel do pesquisador, implicado e aberto aos conhecimentos não acadêmicos. Foi a partir desse outro lugar do pesquisador, tendo a cartografia como método de investigação, que duas disciplinas foram oferecidas e desenvolvidas em parceria com as mulheres da Ocupação Rosa Leão, em Belo Horizonte. Partindo da percepção de que as ocupações urbanas autoconstruídas são vistas exclusivamente pelo viés da falta e da precariedade, difundido tanto por uma mídia dominante, como pela visão técnica hegemônica, a proposta das disciplinas foi a de ampliar e complexificar tal visão, por meio da exposição de outras narrativas, constituídas pelas referências e pelas lembranças das mulheres que habitam e vivem o dia a dia daquele território. Diante do desafio de se construir instrumentos que pudessem desencadear um processo de fato dinâmico e compartilhado entre os envolvidos, e evidenciar possíveis tangências entre as teorias feministas e as práticas cotidianas engendradas pelas mulheres da ocupação, optou-se pela construção de dispositivos que ativassem a memória afetiva dessas mulheres. Assim, lembranças foram narradas, registradas, e, por fim, transformadas em suportes (cartazes, estandartes, livro) de uma instalação comemorativa do aniversário da ocupação. Tessitura de lembranças e saberes que evidenciaram subjetivações subversivas e potentes, indicando pistas para a construção de outras condutas.

Palavras-chave: Racionalidade neoliberal, Outras condutas, Outras narrativas, Memória, Feminismo, Ocupações urbanas

1 O patriarcado e a racionalidade neoliberal: processos de subjetivação

Dentre as diversas relações de poder existentes na sociedade, as feministas têm chamado atenção para a existência do poder que os homens exercem em conjunto sobre as mulheres. As revoltas feministas da década de 1960 trouxeram à tona o termo "patriarcado" para designar essa relação.

Tendo origem na noção de autoridade do pai (*pater*), que designava as relações sociais nas sociedades antigas, o termo é

(...) o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de "dominação masculina" ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões "subordinação" ou "sujeição" das mulheres, ou ainda "condição feminina" (DELPHY, 2009, p. 174).

retomado para visibilizar o poder dos homens, em que pese levantar objeções quanto à sua possível generalidade e trans-historicidade. Nessa direção, algumas feministas preferem combinar seu sentido com o conceito de "gênero", para refletir especificamente sobre os papéis de homens e mulheres em contextos específicos.

No intuito de ampliar essa discussão, encontramos em Foucault (1977) a ideia de poder, não como coisa ou montante, localizado em alguém ou alguma instituição, mas como um sistema das relações que articula a verdade e o direito. Para que o sistema de poder se efetive são necessários "dispositivos" discursivos e não-discursivos que façam uma ordem epistêmica obter estatuto de verdade em detrimento de outros saberes e outros conhecimentos. Em outras palavras, saber e poder são instâncias indissociáveis, o que nos convoca a analisar a formação do patriarcado a partir da investigação dos dispositivos acionados para legitimar os saberes masculinos sobre os demais e sua relação com o modo de produção capitalista.

A memória é uma importante dimensão do pensamento feminista. Nessa perspectiva, trata-se de uma categoria que compõe a ação política e de luta das mulheres, no sentido da transformação de suas condições materiais de subordinação e exploração. É um dos aspectos imprescindíveis da vida, pois é nela que se dá o enlace com as antepassadas, com a experiência e com as formas de vida, que não são passíveis de repetição (PAREDES, 2013). A memória corre desde sempre atrás das utopias, testemunhando frustrações e sucessos vividos, permitindo assim deslocamentos que transtornam a História com letra maiúscula. Essa perspectiva é produzida a partir das bordas, do subterrâneo e, ao mesmo tempo, quer dar visibilidade às mulheres e outros sujeitos subalternos, constituindo-se como saber legítimo na produção do conhecimento. (NOCIONI, 2017). Nesse sentido, as memórias se constituem como uma forma de resistência política específica e modifica as possibilidades do relato. Resistir é também poder falar sobre si.

Uma das questões para o debate feminista que se aproxime de uma discussão sobre os efeitos do capitalismo é o de perceber que as opressões relacionadas ao gênero emergem associadas a várias outras dimensões, como o racismo e a opressão de classe. É preciso, então, que a reflexão dê conta de uma apreensão multidimensional própria da experiência dos sujeitos na sociedade.

De fato, o patriarcado tem efeitos diferentes sobre o conjunto das mulheres e, para não cair em argumentos essencializadores, é preciso ter em conta múltiplos atravessamentos. Essa é uma questão especialmente importante para um trabalho que tem como um dos objetivos entender as relações de gênero em territórios compostos majoritariamente por mulheres pobres e negras.

O entrecruzamento de opressões esteve no centro das preocupações do movimento feminista negro desde sua origem. No entanto, coube a Crenshaw (2002) a formulação do conceito de interseccionalidade, focando o lugar das mulheres negras.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Para a autora, o problema principal da política de identidades não está em demarcar as diferenças, mas em não permitir percebê-las no interior dos grupos (CRENSHAW, 1991). Crenshaw, seguindo a trilha da intelectual feminista Mari Matsuda, define que se trata de uma metodologia que parte de "uma política de fazer outras perguntas" sobre os fenômenos. Nesse sentido, busca entender como uma situação que aparentemente parece ser um problema de classe pode ter dimensões de raça e gênero operando para que aquela situação permaneça.

Conforme Matsuda sugere, muitas vezes uma condição pode ser identificada, por exemplo, como produto óbvio do racismo, porém, mais poderia ser revelado se, como rotina, fossem colocadas as seguintes perguntas: Onde está o sexismo nisso? Qual a sua dimensão de classe? Onde está o heterossexismo? E a fim de ampliar ainda mais tais questionamentos, poder-se-ia perguntar: De que forma esse problema é matizado pelo regionalismo? Pelas consequências históricas do colonialismo? (CRENSHAW, 2002, p. 183).

Concordando, pois, que o capitalismo não pode ser dissociado do patriarcado, surge outra questão: Como se dá essa relação em tempos de capitalismo neoliberal? Quais são os "novos" dispositivos de poder visíveis e invisíveis que agora atuam para a reprodução de ambos? Segundo Dardot e Laval (2016), o sistema neoliberal não é apenas um sistema econômico, mas, em termos foucaultianos, uma racionalidade, que atua na mudança de concepção dos bens públicos associados até então à cidadania e à democracia política para uma lógica consumista. Essa mudança afeta de tal maneira o jogo democrático, que, segundo esses intelectuais, estamos vivendo atualmente em uma "era pós-democrática", cuja figura central dessa nova racionalidade seria a do "sujeito empresarial", empreendedor de si mesmo, inserido no jogo da competição e da acumulação individual, cujo desejo não apenas é afetado por esse apelo, mas é também produtor desse estar no mundo: "O ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção de condutas" (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 327).

Aparentemente, o novo jogo neoliberal é aberto a todos, bastando aprender as suas regras para entrar nele. Entretanto, se lembrarmos que tais regras são construídas e legitimadas por meio de dispositivos de poder, e que tais dispositivos estão cada vez mais subordinados à lógica do capital e da eficiência, não há aí nenhuma liberdade de fato. Todos nós estamos submetidos

a uma "ilusão imaginária de gozo total". "Tudo se equivale", afirmam Dardot e Laval (2016), tudo "tem preço e se negocia". Mas, se tudo parece possível, por outro lado tudo é duvidoso, tudo é suspeito, "porque nada é lei para ninguém".

Assim, se o jogo capitalista já era desigual entre homens e mulheres, a lógica perversa de dominação só o incrementa, e a inserção das mulheres nesse sistema só será possível se elas entrarem no jogo masculino da competição.

2 Os processos de produção de "novas condutas" e as ocupações urbanas autoconstruídas por mulheres

Como possibilidade de se contrapor à racionalidade neoliberal, Dardot e Laval afirmam ser precisa a construção de uma outra razão do mundo - uma "contraconduta", capaz de se apresentar como oposição aos procedimentos de condução postos e como modo de se conduzir em relação aos outros: "A contraconduta como forma de resistência a essa governamentalidade [neoliberal] deve corresponder a uma conduta que seja indissociavelmente uma conduta para consigo mesmo e uma conduta para com os outros" (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 400).

Arriscamos afirmar que essa contraconduta já existe, é feminina e feminista, é engendrada na produção de espaços coletivos e de redes de vizinhança solidárias e é regida por preceitos baseados no cuidado, no compartilhamento e em trocas não mercantis. Podemos aproximá-la com o que De Certeau (1994) identificou nas maneiras de fazer cotidianas, que impedem que tudo e todos sejam capturados pela rede do poder. Tais maneiras de fazer são subversivas justamente por serem procedimentos cotidianos populares e silenciosos (ou mesmo minúsculos) – pelo menos na frequência da escuta das práticas institucionalizadas.

O próprio Foucault (1979), antes da importância dada aos dispositivos do poder, em A vontade de saber, já anunciava a mão-dupla que se estabelece em uma relação de poder: "lá onde há poder há resistência, e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder" (FOUCAULT, 1979, p. 90). Dialogando nesse entendimento, Deleuze (2006) percebe que as resistências podem ser engendradas não apenas no interior do jogo entre o poder-saber, mas que são também produzidas em um outro eixo, distinto do saber e do poder, que funciona simultaneamente ao das relações hegemônicas, sem necessariamente anulá-las, mas impedindo que haja um impasse. Pelbart resume bem essa dinâmica e encontra um termo que explicita a positividade dessa força: "Biopotência", ou seja, potência da vida (PELBART, 2011).

É possível identificar tais contracondutas nas ocupações urbanas autoconstruídas, organizadas a partir das necessidades e possibilidades daqueles que ocupam e que, de maneira coletiva, o transformam em um território repleto de significados e condições econômicas de reprodução. Por meio desse processo se constroem casas, ruas, estrutura urbana e equipamentos coletivos que facilitam processos de organização comunitária, extremamente importantes para os moradores. Muitas dessas ações são protagonizadas por mulheres, moradoras de ocupações urbanas autoconstruídas, que possuem uma forte presença na organização comunitária, e que geram redes de apoio e fortalecimento entre elas.

O foco neste artigo será a abordagem da produção do espaço na ocupação Rosa Leão, localizada entre Belo Horizonte e Santa Luzia, uma das ocupações da Izidora, localizada no vetor de expansão imobiliária da cidade onde estava planejada a construção de uma nova regional na cidade. Na região existe desde 2013 três grandes ocupações urbanas, Rosa Leão, Esperança e Vitória, que ao todo reúnem 8.000 famílias, segundo informação dos movimentos sociais. A região chamava-se Isidoro, mas após a ocupação das terras foi rebatizada de Izidora, em homenagem a uma mulher negra que lutava pela liberdade e contra a escravidão na região. Isidoro correspondia à última grande área verde de Belo Horizonte, localizado no vetor norte da cidade, onde se dava uma grande expansão imobiliária impulsionada pelos altos investimentos em obras, como a da Catedral Cristo Rei e da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais. O caso da Izidora já foi considerado pelo Tribunal Internacional de Despejos, que faz recomendações à ONU, como um dos maiores conflitos sociofunditários do mundo.

O planejamento das cidades foi historicamente pensado levando em conta as necessidades da produção capitalista e de um sujeito universal masculino, autônomo e livre de amarras. Com isso, a participação política das mulheres nas decisões sobre as políticas urbanas sempre foi limitada e dificultada por diferentes fatores. Entretanto, nas ocupações urbanas autoconstruídas acontece justamente o contrário, pois o planejamento é produzido por mulheres negras e periféricas, que constituem quase a totalidade da coordenação política do território, e que, para garantirem seus direitos, precisam enfrentar diferentes dimensões de opressão: O embate com o urbanismo neoliberal, a exclusão política, a desigualdade como trabalhadoras, a violência machista, o racismo e o patriarcado nas comunidades.

3 A academia sai da academia: processos de desterritorialização

Ao admitir o valor e a potência das contracondutas engendradas nas práticas cotidianas subversivas, inclusive no que se refere àquelas relativas à produção do espaço, o desafio para os pesquisadores e intelectuais passa a ser o de construir meios e instrumentos que não reproduzam a lógica de saber-poder, na qual o saber está localizado e restrito ao ambiente acadêmico.

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que (...) invalida esse discurso e esse saber. Poder que (...) penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da 'consciência' e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual (...) é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: Na ordem do saber, da 'verdade', da 'consciência', do discurso (FOUCAULT, 1979, p. 71).

No caso das pesquisas e das intervenções urbanas, a própria noção de planejamento e projeto, seja na escala do urbano, do edifício ou do objeto, ainda está vinculada aos conceitos de organização, funcionalidade e setorização, todos associados a critérios e referências pré-definidos. As várias maneiras que se encontra para decidir acerca da produção e apropriação do espaço costumam ser demolidas e substituídas por aquelas definidas pelas normas científicas da academia. Mas Lazzarato lembra que para Foucault e Deleuze uma das fortes questões da política está na elaboração dos problemas, e aí pode estar outro caminho para a participação da academia, uma vez que apresentar os problemas é o mesmo que "introduzir novos objetos e novos sujeitos dentro do espaço da política e (...) torná-los as balizas de uma polêmica e de uma luta" (LAZZARATO, 2014, p. 127).

Encontramos, desse modo, nos pressupostos metodológicos da pesquisa-intervenção e da pesquisa cartográfica uma possibilidade de construção desse outro papel para o pesquisador. A cartografia, tomada na acepção de Gilles Deleuze e Félix Guattari a partir do conceito de rizoma (DELEUZE e GUATTARI, 1995), pode ser entendida também como um método que visa a apreensão do existente a partir da identificação de elementos territoriais, organizativos mas também das potências, das linhas de fuga e das erupções criativas. Para isso é preciso uma implicação generosa do pesquisador, permeando e deixando-se permear pela realidade pesquisada.

A cartografia como metodologia assume a pesquisa como dispositivo de intervenção, produtora de acontecimentos abertos à imprevisibilidade da ação. Sendo assim, o encontro entre pesquisador e pesquisado necessariamente vai provocar desestabilizações, desencadeando a produção de novos conhecimentos e novas subjetivações. Nessa abordagem, o movimento alternado do observador-pesquisador, ora em direção ao processo que pretende analisar, ora se afastando dele, desestabiliza a separação entre sujeito e objeto, tornando sujeitos políticos tudo e todos os envolvidos nos processos, com vozes e saberes a serem compartilhados, e, por isso, passíveis de transformação. Trata-se, pois, de uma disponibilidade para o desconhecido, não apenas no que se refere às questões teóricas, à escrita e às tentativas de sistematização – considerando que a própria construção do pensamento nos leva a territórios que não haviam sido previstos no início da pesquisa –, mas também, e talvez principalmente, às pesquisas de campo, que necessariamente nos conduzem a um processo de desterritorialização constante.

4 Memória e o desvio do método: processos de multi-territorialização

A disciplina Cartografias Emergente¹ tinha como um dos objetivos a realização de uma cartografia do feminismo na ocupação Rosa Leão, em Izidora². A primeira questão que se coloca diz respeito ao que seria uma manifestação feminista engendrada nesse território. E na sequência, trata-se de pensar em como cartografá-la, sem a falaciosa neutralidade do pesquisador em campo.

Assim, as primeiras discussões giraram em torno desses temas. Em que pese as idas ao território terem sido antecedidas por aulas e discussões, no plano teórico era preciso buscar uma relação entre teoria e experiência, na qual a última não servisse como mera exemplificação da primeira. Em outras palavras, era preciso que a teoria servisse como a possibilidade de abertura para observar as relações de gênero e não a busca de sujeitas feministas ideais. Praticar uma abertura generosa para a escuta e a observação, desconstruir imagens essencializadas do feminino, e considerar as mulheres dentro dos múltiplos atravessamentos que compõem suas vidas foram gestos valiosos que subvertem o papel tradicionalmente praticado por estudos ortodoxos da academia.

La relación entre «Mujer», un compuesto cultural e ideológico del Otro construido a través de diversos discursos de representación (científicos, literarios, jurídicos, lingüísticos, cinemáticos, etc.) y «mujeres», sujetos reales, materiales, de sus propias historias colectivas, es una de las cuestiones centrales que la práctica de la academia feminista busca abordar. La conexión entre las mujeres como sujetos históricos y la representación de Mujer producida por los discursos hegemónicos no es una relación de identidad directa, ni una relación de correspondencia o simple implicación (Mohanty, 2008, p. 121).

A primeira questão que se impôs foi: Onde estão as mulheres da ocupação, que função exercem na organização comunitária e quais são suas preocupações? E logo nas primeiras visitas foi possível evidenciar que as mulheres estão à frente de todos os projetos com os quais o grupo teve contato: na luta pelo atendimento de saúde, na construção do espaço comunitário, na implantação de hortas comunitárias, na preservação de áreas de proteção ambiental, na mobilização para a implantação do espaço ecumênico, nas reuniões de negociação com o poder público para a regularização fundiária. As mulheres estavam em maioria, e muitas vezes compunham a totalidade das atividades comunitárias, tendo forte poder de decisão.

Esse fato desafia um tema caro à teorização feminista: A divisão da sociedade entre público e privado como um elemento fundamental da construção dos papéis de gênero. Inaugurada na modernidade, a divisão entre esfera pública e esfera privada, separadas e dicotômicas, define que a esfera pública é a esfera da razão, da política e, portanto, masculina. Às mulheres pertenceriam a esfera privada, esfera do cuidado, do afeto e da domesticidade. No entanto esses papéis configurados dessa maneira nos informam sobre a experiência de algumas mulheres em certo tempo históricos e não pode ser generalizada para todas as mulheres. Isso não significa, evidentemente, que não haja outras manifestações do poder masculino no interior da comunidade, mas que suas configurações são complexas.

Ao evidenciar a importância das mulheres para a organização comunitária coube uma segunda questão: Como cartografar? A organização já havia empreendido dois grandes esforços em dar visibilidade a atuação das mulheres. A primeira foi a própria escolha do nome da ocupação. Rosa Leão foi uma importante liderança comunitária na região, já falecida. Nos processos de escuta nos demos conta que, em que pese a homenagem, as moradoras sabiam muito pouco sobre ela. Em segundo lugar, o espaço comunitário em construção receberá o nome de Zoca, uma homenagem em vida para outra importante figura das resistências populares, moradora de uma ocupação vizinha à Izidora.

Entretanto, ainda que a presença feminina e a bipotência das práticas nas comunidades sejam inequivocamente fortes, as narrativas sobre as ocupações da Izidora apontavam para um não-reconhecimento do seu valor no interior de seu espaço doméstico, no conjunto da comunidade e externamente. As falas dessas mulheres dão conta das ações judiciais, manifestações, ações policiais, mas nunca das ações cotidianas das mulheres que, a partir do cuidado e do compartilhamento, tornam possível a reprodução da vida no território. A estigmatização e criminalização promovida pelo poder policial, por agentes do poder público e pelos meios de comunicação aos moradores de ocupação aparecia como um incômodo recorrente nas conversas.

Uma terceira questão que rondava o trabalho na disciplina dizia respeito aos agenciamentos, em como as mulheres da ocupação e o grupo de estudantes poderiam se conectar e compartilhar experiências e emoções, habitando um território comum. Como lidar com as diferenças no interior do grupo aguçadas pelo lugar que a universidade ocupa como saber válido, supostamente formadora dos técnicos que se colocam como os solucionadores dos problemas?

Diante desse desafio, encontramos na obra "Primeiro amor" da artista Rivane Neuenschwander³ uma referência importante, considerando o deslocamento proposto pela artista no papel policial do "retrato falado" para uma versão poética, a partir do convite lançado aos visitantes de retratar o seu primeiro amor. A busca, assim, não é o retrato fiel de um criminoso qualquer, mas daquele que um dia "roubou" o coração daquele visitante. Memória fiel e infiel, atravessada por intensidades e afetividades, tão ficcional, quanto verdadeira.

Uma outra inspiração foi o projeto "100 Vezes Cláudia" lançado pela ONG feminista Think Olga⁴ por ocasião da morte de Cláudia Silva Ferreira, baleada em uma troca de tiros no Morro do Congonha, em Madureira, arrastada por uma viatura da Polícia Militar do Rio de Janeiro. O projeto fazia uma chamada aberta a artistas para produzirem obras que reconstruíssem de maneira sensível a imagem de Cláudia.

Seguindo essas propostas a ideia era criar um retrato-falado de Rosa Leão, a líder comunitária que deu nome à ocupação, mas que poucos conheciam, sua história, já que não se tinha notícia de registros fotográficos. Assim, as estudantes passaram a seguir as pistas que levassem a reconstrução de sua história e sua imagem. As buscas levaram a Dona Marlene Alves de Matos e Seu Joaquim Alves, dois dos moradores mais antigos da ocupação. Ressabiados com a presença da "universidade", a relação logo mudou quando as estudantes revelaram o motivo da visita. Passaram-se horas de conversa sobre a vida de Rosa, que foram devidamente desenhados em forma de um retrato-falado. Ao final, alguns registros fotográficos foram descobertos (Fig. 1). "Nós sempre quisemos registrar essa história", afirmou Dona Marlene Alves de Matos.



Fig. 1:Retrato de Rosa Leão. Fonte: Dona Marlene Alves de Matos, 2017.

Com esse material em mãos, já em sala de aula, o grupo decidiu fazer um estandarte com a imagem de Rosa Leão para o novo centro comunitário da ocupação (Fig. 2), para ser a peça central de uma grande exposição com retratos de mulheres da Ocupação. Contrapondo-se ao "procura-se" do jargão policial, a exposição se chamaria "Encontra-se". (Fig. 3). O registro fotográfico passaria a ser o dispositivo do diálogo com as mulheres. A imagem viria acompanhada de uma palavra escolhida pela moradora como a que melhor a definisse (Fig. 4).



Fig. 2: Estandarte produzido pelas estudantes a partir do retrato falado da Rosa Leão. Fonte: Autoras, 2017.



Fig. 3: Fotomontagem da exposição "Encontra-se" na Ocupação Rosa Leão. Fonte: Autoras, 2017.



Fig. 4: Fotomontagem do retrato da Dona Chica para a exposição "Encontra-se". Fonte: Autoras, 2017.

Em paralelo a esse trabalho, o grupo de alunos matriculados na disciplina "Arquitetura Desobediente" (Projetos Flexibilizados-Pflex) se somou ao grupo dos alunos da "Cartografias Emergentes", para desenvolver um projeto a partir da reflexão sobre memória e feminismo, com o foco em reconstruir a história da Ocupação Rosa Leão sob o olhar das mulheres. Para tal, foram construídos: A base de uma linha do tempo, variadas formas de corpos femininos (baixos, altos, gordos, magros), uma coleção de palavras pinçadas em conversas informais com as moradoras da ocupação e nos debates em sala de aula (alegre, triste, luta, feminino, moradia, rua, cuidado, compartilhamento, disputa, etc), e uma coleção de imagens da ocupação, baixadas da internet.

A proposta era que as moradoras se representassem na linha do tempo no momento em que chegaram na ocupação e no momento mais marcante de sua vida na comunidade, e que identificassem no tempo eventos importantes da luta, a partir das fotos e das palavras impressas pelas estudantes. Para que o jogo não fosse algo fechado e pré-definido, papéis em branco também foram levados, além de tesouras e lápis de cor, para que novas palavras fossem escritas ao longo do processo, e para que cada moradora pudesse inserir suas marcas e suas histórias nos corpos desenhados.

A construção da linha do tempo (e da memória), por meio de cores, adereços, palavras soltas e imagens esquecidas, recuperou lembranças sobre momentos de luta, das violências vividas, das amizades feitas, do orgulho de ser negra e das dores de ser ameaçada de despejo, que desencadearam narrativas potentes sobre as práticas femininas e feministas sobre a produção de um território não apenas físico, mas sobretudo afetivo da Ocupação Rosa Leão (Fig. 5, 6, e7).



Fig. 5: Oficina de linha do tempo. Fonte: Autoras, 2017.

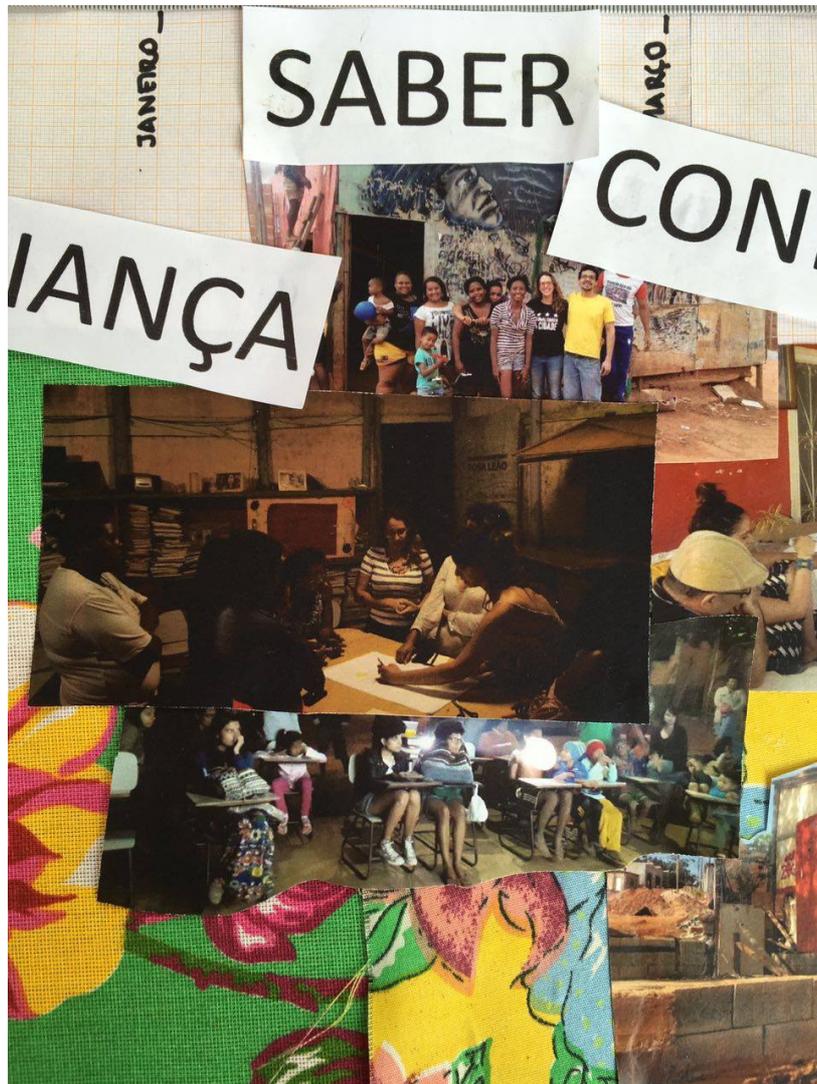


Fig. 6: Detalhe da linha do tempo produzida na oficina. Fonte: Autoras, 2017.



Fig. 7: Apresentação dos produtos desenvolvidos pelas estudantes a partir da construção coletiva da linha do tempo. Fonte: Autoras, 2017.

E assim, a partir dos dispositivos criados, lembranças foram narradas, e depois registradas, para, por fim, serem transformadas em suportes (cartazes, estandartes, livro) de uma instalação para a comemoração do aniversário da ocupação. Tessitura de lembranças e saberes que evidenciaram outras subjetivações, subversivas e potentes, indicando pistas para a construção de outras condutas.

5 Considerações finais

Motivadas pela inquietação de se investigar contraposições aos processos de subjetivação presentes na nova razão neoliberal, encontramos nossas pistas nas práticas cotidianas das mulheres moradoras das ocupações urbanas autoconstruídas, que têm o cuidado, o compartilhamento e a reprodução da vida como centrais. Reconhecer essas práticas como outras condutas potentes e feministas, implicou em um deslocamento no próprio papel do pesquisador.

Possibilitar um espaço de liberdade frente aos saberes impostos para produzir memória é desafio, um exercício a contrapelo, uma prática reveladora de todos aqueles saberes e experiências que têm sido colocadas à margem. Por outro lado, as memórias não são lembranças inamovíveis, mas construção de relatos, processos que estabelecem sentidos, e interpretações que se socializam. Por serem construídas, são contraditórias, podendo mudar. A potência da memória parece se demonstrar quando são colocadas as lembranças individuais em discussão coletiva.

Apesar de sabermos que o indivíduo porta as suas memórias, as produz e as compartilha, não podemos pôr em dúvida que a memória está arraigada e situada ali onde compartilhamos espaços, laços de pertencimento, solidariedades e sociabilidades”(DA SILVA CASTELA, 2010, p. 44).

Entretanto, os instrumentos clássicos das pesquisas qualitativas recorrentes no campo das ciências sociais aplicadas não dariam conta dessa empreitada. Foi então no campo da arte que encontramos as nossas referências. Tal fato nos remete à relação entre arte e política proposta por Chantal Mouffe (2013), como dois campos que deveriam ser pensados sempre em articulação. Para Mouffe, a arte é sempre política, o problema está na capacidade crítica das práticas artísticas, ou seja, nas diferentes maneiras dessas práticas promoverem a visibilidade daquilo que o consenso dominante pretende apagar, contribuindo assim para a formação de espaços agonísticos variados e plurais, e, em última instância, para a construção de uma democracia radical. Nessa perspectiva, entendemos que os dispositivos mnemônicos propostos trouxeram à tona lembranças e narrativas esquecidas, que juntas atualizaram e reconfiguraram tanto os espaços físicos da ocupação, quanto os espaços simbólicos das mulheres que atuam ali nas lutas do cotidiano.

Ao mesmo tempo é preciso enfrentar o desafio do confronto com a produção de conhecimento dominante que promove uma definição colonialista daquilo que pode ou não ser narrado (SPIVAK, 2010). Uma das formas de dominar é expropriar os sujeitos subalternos da capacidade de definir-se por eles próprios (COLLINS, 2016). Essa produção dominante apresenta a história como um todo homogêneo em que as marcas de sua produção e os corpos que a produziram desaparece. O espaço-tempo aparecem como um esquema linear. Ignorar as complexidades e narrar a partir de um sujeito abstrato, universal, sem marcas de classe, sem processos de racialização, nem diferença sexual, naturaliza um universal branco, masculino, de classe média/alta e heterossexual. O caráter universalizante do pensamento do ocidente subalterniza saberes, culturas e memórias (FEDERICI, 2017).

Construir memórias gera uma ruptura nessa ordem totalizadora e recupera a desordem das lembranças intersubjetivas, pois a vida social é constituída de contradições, sentidos incompletos e formas difusas. Ao mesmo tempo, parece fundamental se queremos construir contracondutas e alternativas ao atual modo de vida, pois nos permite ouvir as vozes daquelas que percorrem caminhos similares a esse.

Agradecimentos

As autoras agradecem às estudantes de graduação da Escola de Arquitetura da UFMG que participaram desse projeto, à professora Natacha Rena pela parceria na disciplina, às moradoras e à coordenação da Ocupação Rosa Leão e às Brigadas Populares.

Referências

- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In **Revista Sociedade e Estado**. v. 31, n. 1, 2016.
- CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos feministas, v. 10, 2002.
- CRENSHAW, K. **Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color**. *Stanford Law Review*. v. 43. p. 1241-1299, 1991.
- DA SILVA CASTELA, L. *Exponer lo invisível. Una etnografía sobre la transformación de Centros Clandestinos de Detención em Sitios de Memória em Córdoba-Argentina*. In **Recordar para pensar: Memória para a democracia. La elaboración del pasado reciente em el Cono Sur de América Latina**. Santiago de Chile: Ediciones Boll Cono Sur, 2010.
- DARDOT, P. LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELPHY, C. Patriarcado (teorias do), In Helena H. [et al.] (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- DELEUZE, G. Felix G. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, v.1, 2000.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.
- FOUCAULT, M. **História das sexualidades**. A Vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, v.1, 1979.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. **Vigiar e Punir. História da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.
- LAZZARATO, M. **Signos, máquinas e subjetividades**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo: n.1, 2014.
- MOHANTY, C. **Bajo Los ojos de occidente**. Academia Feminista y discurso colonial. 2017. Disponível em: < https://sertao.ufg.br/up/16/o/chandra_t_mohanty_bajo_los_ojos_de_occidente.pdf >. Acesso em: 01 ago. 2018.
- MOUFFE, C. **Quais espaços públicos para as práticas de arte crítica?** 2017. Disponível em: < <http://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/03/tematicas-chantal.pdf> >. Acesso em: 27 ago. 2017.
- NOCIONI, B. *Resistencia feminista desde las memorias*. In **Feminismos Latinoamericanos: recorridos, acciones, epistemologías**. 2017. Disponível em: < <https://ffyh.unc.edu.ar/ciffyh/presentation-del-libro-feminismos-latinoamericanos-recorridos-acciones-epistemologias/> > Acesso em: 06 jan. /2018.
- PAREDES, J **Hilando fino desde el feminismo comunitario**. La paz: CEDEC, 2008. Disponível em: < <http://mujeresdelmundobabel.org/files/2013/11/Julieta-Paredes-Hilando-Fino-desde-el-Fem-Comunitario.pdf> > Acesso em: 06 jan. 2018.
- PELBART, P. P. A comunidade dos sem comunidade. In **Vida Capital, Ensaios de Biopolítica**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2011.
- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
-
- 1** Disciplina ofertada pela Escola de Arquitetura da UFMG pelas professoras Marcela Brandão e Natacha Rena
- 2** Esse trabalho se vincula a pesquisa da mestranda do NPGAU-UFMG Natália Alves
- 3** Ver em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1806201012.htm> > Acesso em 20 jun. 2018.
- 4** Ver em <<http://thinkolga.com/2014/03/19/100-vezes-claudia/>> Acesso em 20 jun. 2018.